

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 523/X/4.^a

RECOMENDA AO GOVERNO MEDIDAS QUE CONTRIBUAM PARA A SUSTENTABILIDADE E REVITALIZAÇÃO DA CASA DO DOURO

A Casa do Douro vive actualmente um verdadeiro drama existencial. Instituição nobre, de tão grande tradição e importância na vitivinicultura duriense, vem enfrentando, progressivamente, desde há 20 anos a esta parte, problemas financeiros e económicos de grande dimensão.

Um negócio ruinoso realizado com a Companhia Velha, um processo administrativo de nulidade de negócio, inconsequente, e prolongado por mais de 10 anos, uma gestão sem qualquer racionalidade e orientação estratégica, foram alguns dos inputs negativos que contribuíram para a situação actual.

Em 1999, um aval concedido pelo governo, a uma dívida próxima dos 100 milhões de euros, parecia indicar um novo caminho de estabilidade económica, criando também as condições para uma funcionalidade renovada da organização. O stock histórico de vinhos dado em garantia, nova vida para a Instituição.

O pacote legislativo de 1994-95, e o Decreto-Lei nº 277/2003, constituíram sem dúvida intervenções do Estado conducentes à diminuição das suas funções e competências, entretanto transferidas para o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, onde se desenvolveu a valência do interprofissionalismo.

As diversas Reformas da Organização Comum de Mercado dos Vinhos na União Europeia, fizeram também evoluir e redimensionar o papel das Organizações de Produtores no contexto dos novos modelos de organização de produção e de negócio.

Independentemente da visão política actual sobre a realidade da Casa do Douro, parece evidente que a Instituição não soube, não pôde, ou não conseguiu, adaptar-se

às novas realidades resultantes das alterações legislativas operadas em 1995 e 2003, assim como da Regulamentação Comunitária.

O não desenvolvimento de funções associativas de apoio aos produtores, vai fazendo generalizar a ideia, entre os agricultores, da inutilidade do pagamento duma cota, que, segundo dizem, não tem qualquer espécie de retorno em termos de prestação de serviços, ao mesmo tempo que também é evidente o permanente desencontro e dificuldades de entendimento entre os diversos Governos, e as diversas Direcções, ao longo das últimas duas décadas.

Houve oportunidades completamente perdidas por parte de alguns dirigentes, assim como muitas incompreensões por parte da administração central.

O interprofissionalismo é a resposta funcional mais adequada a mercados cada vez mais competitivos e exigentes. Produção e comércio, resolvendo as suas contradições de classe, estabelecendo convergências com vista a um objectivo comum. Vender mais e melhor os vinhos. A resposta funcional a uma Europa sem fronteiras, a mercados cada vez mais globais, e a normativos da União Europeia, que entre outras coisas, acabaram com o monopólio das aguardentes detido pela Casa do Douro, e influenciaram o legislador nacional a transferir para a organização interprofissional, competências por ela assumidas até então.

A Casa do Douro deixou de poder fixar preços, deixou de poder ir ao mercado retirar os excedentes, e condicionar o mercado. Regras da concorrência que tal como noutras áreas da economia, deixaram de fazer sentido face à legislação nacional e comunitária. Mas a Casa do Douro não está impedida de vender vinhos aos operadores. Tem-no aliás feito, sempre que há interesse nos seus preciosos vinhos por parte do comércio exportador.

A legislação de 2003 pode e deve ser questionada, tanto na formatação dos órgãos e no processo eleitoral, como nas competências delegadas a uma associação classificada como de direito público. Mas ela não impede que a Casa do Douro assuma a sua vertente associativa e de classe, ou seja, a sua verdadeira dimensão enquanto Organização de Produtores. A mudança estratégica na actividade da Casa do Douro impõe-se. É incompreensível a situação de marasmo em que se encontram

os serviços da Instituição. É incompreensível o auto-afastamento dos representantes da produção do Conselho Interprofissional.

Os mercados do vinho no mundo estão cada vez mais difíceis e a competitividade dos vinhos Douro, Porto e Moscatel, depende da apresentação de um produto da mais alta qualidade e da melhor relação com o preço. Esta responsabilidade cabe aos produtores e à sua Casa do Douro, cabe aos comerciantes, cabe à fileira, organizada no interprofissional.

Ora, a Casa do Douro vive demasiado virada para dentro, para os seus problemas, para a dívida, e para os permanentes conflitos, e ainda não percebeu que, garantir os postos de trabalho dos seus funcionários, recuperar a confiança dos agricultores, ganhar sustentabilidade económico-financeira, e contribuir para que os associados melhorem o seu rendimento, passa por abrir novos serviços, desenvolver funções de acordo com as necessidades dos vitivinicultores na área técnica, administrativa, jurídica, social, profissional, e nas valências da multifuncionalidade das explorações agrícolas.

Uma Organização de Produtores (OP) moderna, reconhecida pelo Estado e pelas instâncias europeias, é imprescindível para preparar e organizar os vitivinicultores do Douro. E para além da panóplia imensa de funcionalidades próprias duma OP, ajustada às exigências da OCM Vitivinícola, a Casa do Douro, melhor preparada e valorizada no contexto do interprofissional, deverá passar a promover a concentração da oferta de vinhos, criando as condições para uma melhor negociação, em volume, com o comércio exportador, de forma a defender e valorizar os preços, e a melhorar o rendimento dos lavradores. É que hoje os preços não sobem por decreto. A “cascata” comercial, que vai do cacho de uvas até à garrafa, na prateleira, tem hoje um elo fraco. A produção. É este elo fraco que importa reforçar, fazendo a agregação da oferta, negociando um preço justo com o comércio.

Há uma extrema dificuldade no Douro em criar e consolidar projectos associativos. O espírito individual é dominante no comportamento social e institucional dos durienses. O desaparecimento da Casa do Douro conduziria à criação de muitas pequenas associações, facilmente manipuláveis por interesses estranhos à produção. Ora, numa situação dessas, que tipo de interprofissionalismo seria construído ?

Num País Vinhateiro em que na gama vinho do Porto, 40.000 produzem para poucos transformarem e comercializarem, que possibilidade têm estes 40.000 de darem o seu contributo para o crescimento e sustentabilidade da fileira, se não estiverem minimamente organizados ?

A cultura do interprofissionalismo, não tem alternativa nesta era de negócio global, mas tem que estar assente em duas profissões fortes, preparadas, respeitadas, que saibam assumir o seu papel no contexto de um Conselho, arbitrado, moderado e regulado por um Estado que conheça e saiba interpretar as especificidades e idiosincrasias desta Região. Sem produção organizada, não há verdadeiro interprofissionalismo. E sem ele, não há estabilidade e sustentabilidade dos diversos agentes da fileira.

Faz por isso todo o sentido que, analisadas todas estas cambiantes, se desenvolva um esforço por parte da Instituição e por parte do Governo no sentido de serem encontradas as melhores soluções conducentes à resolução definitiva do passivo, assim como de uma nova orientação funcional para a sua organização, que a reforce, consolide e lhe dê futuro.

Assim, a Assembleia da República, recomenda ao Governo:

1 Que solicite à Casa do Douro uma proposta de Saneamento Financeiro Global e um Plano de Reestruturação Organizacional, ajustado às competências definidas na legislação actual.

2 Que nesse contexto, estude e operacionalize as soluções adequadas à revitalização da Instituição, que permitam a prossecução das funções estatutárias que lhe estão atribuídas, bem como das funções associativas das Organizações de Produtores, segundo o modelo europeu contemplado na Reforma da Organização Comum de Mercado Vitivinícola.

S. Bento, 29 de Junho de 2009

OS DEPUTADOS